



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº N. 05 AO CONTRATO TRE-RO N. 01/2022.

TERMO ADITIVO N. 05 AO CONTRATO TRE-RO N. 01/2022 (EVENTO [0783288](#))

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. [0003158-69.2021.6.22.8000](#)

CONTRATAÇÃO VIA EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS TRE-RO N. 01/2021

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO, QUE ENTRE SI FAZEM O TRE-RO E A EMPRESA MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA., REFERENTE AOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS FÓRUMS ELEITORAIS DOS MUNICÍPIOS DE ESPIGÃO DO OESTE/RO E OURO PRETO DO OESTE/RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG *****.893-SSP/RO** e do CPF *****.106.849-****, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.706.238/0001-04, com sede na Avenida Engº Anysio da Rocha Compasso, 7580, bairro Aponiã, CEP: 76.824-052, em Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 99900-9863 / (69) 3222-0559, E-mail(s): diretoria@marok.com.br / licitacao@marok.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, senhor **RICARDO MOREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG *****67726098*****/SSP-GO e do CPF *****.911.111-****, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com base nos dados constantes na Solicitação 21/2023/ASSENGE, de 25/05/2023 (evento [1014142](#)) e na Informação 61/2023/ASSENGE, de 29/05/2023 (evento [1015073](#)), e considerando o Ato de Autorização constante no DESPACHO Nº 598/2023-GABDG, de 30/05/2023 (evento [1015350](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui o seguinte objeto:

I – Registrar a supressão contratual no percentual de 20,44% (vinte vírgula quarenta e quatro por cento) sobre o valor atualizado do Contrato TRE-RO n. 01/2022 (evento [0783288](#)), correspondente ao valor de R\$ 450.039,03, sem efeitos financeiros, em face da necessidade de ajuste dos serviços contratados relativos ao Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste, conforme relatado na Solicitação 21/2023/ASSENGE (evento [1014142](#)), na Informação 54/2023/ASSENGE (evento [1012955](#)) e na Informação 61/2023/ASSENGE (evento [1015073](#)), e conforme detalhado na Carta n. 22/2023 (evento [1012927](#)) e planilha evento [1014104](#);

II – Registrar o acréscimo contratual no percentual de 20,44% (vinte vírgula quarenta e quatro por cento) sobre o valor atualizado do Contrato TRE-RO n. 01/2022 (evento [0783288](#)), correspondente ao valor de R\$ 450.039,03, sem efeitos financeiros, em face da necessidade de ajuste dos serviços contratados relativos ao Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste, conforme relatado na Solicitação 21/2023/ASSENGE (evento [1014142](#)), na Informação 54/2023/ASSENGE (evento [1012955](#)) e na Informação 61/2023/ASSENGE (evento [1015073](#)), e conforme detalhado na Carta n. 22/2023 (evento [1012927](#)) e planilha evento [1014104](#);

III – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato TRE-RO n. 01/2022 (evento [0783288](#)), sem efeitos financeiros, por mais por mais 73 (setenta e três) dias corridos, a contar de 31/05/2023 e data final em 12/08/2023, em razão da necessidade de maior prazo para conclusão dos serviços e processamento de recebimento e pagamento; e

IV – Prorrogar o prazo de execução da Ordem de Serviço - OS 01/2022/ SEOP (evento [0827066](#)), sem efeitos financeiros, por mais 117 (cento e dezessete) dias corridos, a contar de 15/02/2023 e data final em 12/06/2023, em razão da necessidade de maior prazo para conclusão dos serviços, cuja referida OS tem por objeto a ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral do Município de Espigão do Oeste/RO (Processo SEI [0000490-91.2022.6.22.8000](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O	ES		<u>acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de</u>
	ACRÉSCIMOS	36,99	<u>equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93 (CASO PARTICULAR DE REFORMA DE EDIFÍCIO).</u>

Subcláusula Segunda - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução deste presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração da CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, **renovação da garantia contratual apresentada inicialmente**, observadas todas as condições, prazos, vigências, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA TERCEIRA - presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 65, I, “b”, e seu § 1º, da Lei 8.666/93 c/c a Cláusula Décima, item 12, e a Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda, do Contrato originário (acréscimo e supressão); e com fundamento no artigo 57, I, c/c § 1º, IV, da Lei n. 8.666/93, e na Cláusula Quarta, Subcláusula Primeira, do Contrato originário (prorrogação dos prazos de vigência e de execução).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61 da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, maio de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	RICARDO MOREIRA DOS SANTOS Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 5 AO CONTRATO N.
01/2022/TRE-RO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo realizados nesta contratação (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato 01/2022 (assinado em 27/01/2022) – Volume VIII do PA respectivo (evento n. 0783288), Vigência de 240 dias corridos, a contar de 27/01/2022 até 23/09/2022; e Execução da OS 01/2022 SEMAP (Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste), prazo de execução 180 dias corridos, a contar de 23/02/2022 até 21/08/2022. (Garantia: R\$ 110.066,90)	R\$ 2.201.338,18	-
1º Termo Aditivo (assinado 20/09/2022 – Volume IX do PA respectivo (evento 0901645), com os seguintes objetos: 1. Prorrogação da Vigência por mais 90 dias corridos, a contar de 24/09/2022 até 23/12/2022; e 2. Prorrogação do prazo de execução da OS 01/2022 SEMAP (Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste) por mais 51 dias corridos, a contar	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 22/08/2022 até 12/10/2022.		
<p>2º Termo Aditivo (assinado 07/10/2022 – Volume XI do PA respectivo (evento 0915300), com os seguintes objetos:</p> <p>I – Registrar a supressão contratual no percentual de 16,55 % sobre o valor atualizado do Contrato n. 01/2022, correspondente ao valor de R\$ 364.381,67, sem efeitos financeiros;</p> <p>II – Registrar o acréscimo contratual no percentual de 16,55 % sobre o valor atualizado do Contrato n. 01/2022, correspondente ao valor de R\$ 364.381,67, sem efeitos financeiros;</p> <p>III – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais 60 dias corridos, a contar de 24/12/2022 e data final em 23/02/2023; e</p> <p>IV – Prorrogar o prazo de execução da Ordem de Serviço – OS 01/2022/SEMAP, cujo objeto é a ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral do Município de Ouro Preto do Oeste/RO, por mais 100 dias corridos, a contar de 13/10/2022 e data final em 22/01/2023;</p>	-	Supressão: - 16,55% Acréscimo: +16,55%
<p>3º Termo Aditivo (assinado 14/02/2023 – Volume XII do PA respectivo (eventos 0976420 e 0978245), com os seguintes objetos:</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais 45 dias</p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

corridos, a contar de 24/02/2023 e data final em 10/04/2023; e II – Prorrogar o prazo de execução da Ordem de Serviço – OS 01/2022/SEOP, cujo objeto é a ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral do Município de Espigão do Oeste/RO, por mais 90 dias corridos, a contar de 15/11/2022 e data final em 13/02/2023.		
4º Termo Aditivo (assinado 10/04/2023 – Volume XIII do PA respectivo (evento 0997692), com o seguinte objeto: I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais 50 dias corridos, a contar de 11/04/2023 e data final em 30/05/2023.	-	-
5º Termo Aditivo (assinado 10/05/2023 – Volume XV do PA respectivo (evento 1015769), com os seguintes objetos: I – Registrar a supressão contratual no percentual de 20,44% sobre o valor atualizado do Contrato n. 01/2022, correspondente ao valor de R\$ 450.039,03, sem efeitos financeiros; II – Registrar o acréscimo contratual no percentual de 20,44% sobre o valor atualizado do Contrato n. 01/2022, correspondente ao valor de R\$ 450.039,03, sem efeitos financeiros; III – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais 73 dias corridos, a contar de 31/05/2023 e	-	Supressão: - 20,44% Acréscimo: +20,44%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

data final em 12/08/2023; e		
IV – Prorrogar o prazo de execução da Ordem de Serviço – OS 01/2022/SEMAP, por mais 117 dias corridos, a contar de 15/02/2023 e data final em 12/06/2023, cujo objeto é a ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral do Município de Espigão do Oeste/RO;		

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 - Plenário.	R\$ 2.201.338,18
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO (Em relação ao valor inicial atualizado contrato – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário).	Supressão: -36,99% Acréscimo: +36,99%



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO MOREIRA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 30/05/2023, às 15:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/05/2023, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 30/05/2023, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 31/05/2023, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1015769** e o código CRC **FF6B126A**.

0003158-69.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003158-69.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: SEMAP.

ASSUNTO: **Acréscimos e supressões ao objeto e prorrogação contratual** - Contrato n. 01/2022 – contratação de empresa especializada em execução de obras de engenharia e reforma dos fóruns eleitorais dos municípios de Espigão do Oeste/RO e Ouro Preto do Oeste/RO - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 115 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA - 15.706.238/0001-04**, para execução de obras de engenharia, ampliação e reforma dos fóruns eleitorais dos municípios de Espigão do Oeste e Ouro Preto do Oeste neste Estado, materializada no Contrato Administrativo n. 001/2022 ([0783288](#)), atualmente em execução, com termo final do prazo para **execução dos serviços** fixado em **15/02/2023** e vigência em **30/05/2023**, de acordo com Termo Aditivo n. 4/203 ([0997692](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Na solicitação 21/2023 ([1014142](#)), a ASSENGE manifestou da seguinte forma:

Considerando que o prazo de vigência do referido contrato tem sua vigência expirada na data de **30 DE MAIO DE 2023**;

Considerando INFORMAÇÃO Nº 54/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE ([1012955](#)), na qual a unidade de fiscalização do contrato se manifestou favorável, frente as justificativas expostas na CARTA N. 22/2023 ([1012927](#)), a fim de ajustar pontos técnicos, bem como a consquente prorrogação dos prazos contratuais, conforme trechos destacados abaixo:

Em atenção à Carta nº 22/2023, de 19 de maio de 2023 ([1012927](#)), temos a expor o que se segue:

1. A presente análise, se refere a situação de ampliação e reforma do Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste, a qual a **Contratada solicita reconsideração do prazo de execução da obra, com apresentação de novo cronograma.**

.....

3. É fato que ao longo da execução da ampliação e reforma do Fórum de Espigão do Oeste nos **deparamos com inadequação de projetos**, o que gerou revisão e adequação de planilhas orçamentárias, a exemplo do superdimensionamento das fundações, sendo **necessária a seu redimensionamento e tendo em vista que este redimensionamento foi para diminuir a metragem e volume da estrutura de fundação**, tal situação não se fez necessário o redimensionamento do prazo de execução, portanto não sendo necessário a revisão do cronograma.

4. A Contratada alegou que a **demolição da edificação antiga** do fórum *demonstrou distorção entre os projetos e a situação física do imóvel, impossibilitando a execução nos moldes do projeto, tais como localização de pilar sobre fossa, pilar que não foi identificado no projeto e estava oculto na alvenaria, além de pilares situados no vão de abertura de janelas e portas*, portanto impedindo a colocação desse elementos construtivos, *tais apontamentos não foram objeto de alegação por parte da Contratada em situações anteriores; estas situações por si só já gera a necessidade de revisão do cronograma.*

5. Outro ponto é que a Contratada informa que **as correções ocorridas geraram a necessidade mudanças na fachada, pois a mudança do pilar que estava sobre a fossa alterou fisicamente parte da fachada do lado direito e, por consequência essa fiscalização teve que rever a parte estrutural, portanto tal alegação tem conexão com a execução dos serviços mencionados, observando-se que por tratar-se de peça estrutural, a cura do concreto apresenta norma específica de tempo em relação a desforma e liberação para aplicação de carga, sendo que esta ação tem como consequência alteração no cronograma.**

6. É fato que só foi possível identificar tais situações **após a demolição de paredes e confrontá-lo com os projetos definitivos, identificando as situações adversas para a execução em conformidade com os projetos**, portanto gerou a *revisão geral de toda a estrutura da edificação antiga*; com a alteração estrutural, se fez necessário a revisão da sequência de outros projetos, como por exemplo o reflexo nos projetos elétricos e de lógica, com mudança de cabeamento e reposicionamento de tomadas, sendo tais soluções realizadas paralelamente a revisão dos projetos e a execução da reforma de ambas as edificações (ampliação e reforma), **como fica demonstrado pelos emails da fiscalização para a Contratada, eventos 0989345 e 0989346, confirmando-se a alegação do Contratado, portanto influenciando, novamente o cronograma.**

8. A etapa de reforma do prédio antigo trouxe *diversas situações não previstas nos projetos e nas planilhas de quantitativos, como já mencionado, obrigando a*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fiscalização e ao Contratado a constante reformulação durante a execução dos serviços, necessitando a revisão orçamentária nos quais geraram a necessidade de compensação na forma de supressão e adição de serviços, inclusive a identificação da necessidade de inserir nos custos a presença de vigilante noturno até a entrega definitiva ao TRE-RO, pois há constantes invasões e roubos em prédios onde se localiza o Fórum.

9. A empresa MAROK expôs que a fiscalização informou a necessidade de inserção dos serviços abaixo elencados, em substituição a outros, os quais serão objeto de autorização e formalização por meio de Termo Aditivo, vejamos:

- "a) Inseriu-se vigia noturno para evitar sinistros no local;
- b) Requereu-se a pintura do piso para proporcionar o acabamento esperado;
- c) Inclui-se forro em DryWall devido à sua localização estratégica na entrada da obra, proporcionando o acabamento estético e funcional adequado;
- d) Adicionaram-se portas laminadas para acabamento refinado, superior ao anteriormente previsto, conferindo o aspecto estético desejado pela Administração contratante e maior segurança;
- e) Aumentou-se a alvenaria do muro perimetral da obra visando aprimorar a segurança do prédio;
- f) Implementou-se uma pingadeira para evitar infiltrações;
- g) Acresceu-se porta em chapa ondulada para atender às demandas específicas de acesso e segurança;
- h) Corrigiu-se a cobertura para estrutura metálica, antes descrita em madeira na composição original, para maior resistência e durabilidade;
- i) Optou-se por inserir a fachada em ACM (Aluminum Composite Material), que não estava contemplada inicialmente, elemento este de grande expressividade estética e impacto significativo, para suprir as necessidades e exigências arquitetônicas, e conferir acabamento de alta qualidade e sofisticação ao prédio, contribuindo para uma imagem institucional mais moderna e atrativa, alinhada às demandas e requisitos de um ambiente eleitoral contemporâneo."

As solicitações são confirmadas por esta fiscalização e que serão objeto de análise da compensação citada; sendo que, de acordo com análise prévia, há saldo em favor do TRE-RO, bem como a Contratada vem demonstrando mais afinco na finalização dos trabalhos e, assim, verifica-se a possibilidade de solicitar a Contratada a realização dos serviços acima apontado; cabendo observar que o expediente enviado pela **Contratada tem a finalidade de formalizar o pedido de revisão do cronograma**, cuja proposta se encontra às folhas 14 do evento [1012927](#), onde se compromete a concluir no dia **12 DE JUNHO DE 2023**.

Considerando as alterações ocorrida e que a Contratada realizou serviços durante todo este processo de alterações de prazo, mesmo em menor intensidade, e que a última medição se deu em 16 de fevereiro de 2023 ([0979270](#)), **seria razoável efetuar uma medição de serviços realizados e contidas na planilha original, bem como a prorrogação do prazo de vigência e execução dos serviços.**

A Fiscalização manifestou em 23 de março de 2023 que os argumentos objeto da Notificação nº 2/2023 ([0983785](#)) e Resposta contidas nos eventos [0984458](#) e [0987046](#) não foram suficientemente convincentes para justificar os atrasos, naquele momento, pois a execução dos trabalhos demonstravam lentidão em comparação com o previsto no cronograma, por este motivo, podemos dizer que a Contratada não buscou dar celeridade o suficiente para acompanhar o cronograma, vindo somente a identificar tais situações de forma mais recente, em função de ter dado mais celeridade a partir da segunda quinzena de abril.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em função do exposto, a **Fiscalização entende ser factível o prorrogação de execução de maneira a buscar a conclusão da obra e evitar que ocorra a paralização dos serviços**, visando evitar obra inacabada que poderá ser vandalizada, além de ter como consequência a necessidade de manter a locação de imóvel para o funcionamento do Fórum Eleitoral, cabendo registrar que a Contratada vem demonstrando melhor desempenho na execução e interesse em concluir os trabalhos neste mês de maio e início de junho, sendo que neste sentido cabe a realização de medição de serviços efetivamente executados a contar da última medição até a presente data, restando a execução dos serviços objeto de Termo Aditivo de supressão e adição e, com base nesta análise, **a fiscalização sujeira a prorrogação do prazo**, independentemente da apuração de penalidades e demais sanções aplicáveis em função dos atrasos.

03. Assim, nessa mesma solicitação, o Coordenador da COMSEG, considerou a necessidade de aditivo do instrumento contratual, conforme demonstração e justificativa apresentada pela unidade fiscal e gestora do contrato, consoante INFORMAÇÃO Nº 54/2023-ASSENGE ([1012955](#)), na qual a unidade de fiscalização do contrato se manifestou favorável, frente as justificativas expostas pela Contratada na CARTA N. 22/2023 ([1012927](#)) e submeteu ao Secretário da SAOFC a necessidade de formalização de aditivo ao contrato original para:

I - Prorrogação do prazo de execução da Ordem de Serviço nº 1/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMSEG/SEOP ([0827066](#)) (cujo objeto é a ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste) por mais 117 (cento dezessete) dias corridos, a contar de 15/02/2023 e data final em 12/06/2023;

II - Prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 (evento [0783288](#)) por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 31/05/2023 e data final em 14/07/2023, em razão da necessidade de maior prazo para conclusão dos serviços e processamento de recebimento e pagamento;

III - Registro dos acréscimos e supressões dos serviços que constam da planilha com os custos unitários dos serviços e materiais ([1014104](#)), assim definidos:

Supressão de serviços no Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste	R\$ 450.039,03
Acréscimo de serviços no Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste	R\$ 450.039,03



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. A unidade gestora também trouxe ao processo a tabela com os percentuais do acréscimo/supressão já realizado no contrato de **16,55%** e o agora demandado de **20,44%**, que totalizam **36,99%** do valor atualizado do contrato, também demonstrados em tabela trazida na informação:

TABELA 01 - SUPRESSÕES E ACRÉSCIMOS CO						
CONTRATO N. 01/2022 (0783288)	SUBTOTAL	TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO TRE- RO N. 01/2022. (0915300)				SUB A SUPR ACRÉ
		SUPRESSÕES Planilha (0905095)	%	ACRÉSCIMOS Planilha (0905095)	%	
Fórum Eleitoral de Ouro Preto do Oeste	R\$ 958.772,62	R\$ 364.381,67	16,55	R\$ 364.381,67	16,55	R\$ 9
Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste	R\$ 1.242.565,56	-		-		R\$ 1.2
VOLAR TOTAL DO CONTRATO	R\$ 2.201.338,18					R\$ 2.2
ACUMULADO	SUPRESSÕES	36,99	Subcláusula Segunda – A contratada fica responsável por todas as supressões que se fizerem nas obras, serviços e materiais, bem como a atualização do contrato, e, no caso particular, de 20,44% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos e supressões. <u>PARTICULAR DE REFORMA DE E</u>			
	ACRÉSCIMOS	36,99				

05. Por meio da **Informação n. 61/2023** ([1015073](#)) o titular da CONSEG esclareceu, em complemento as informações contidas na SOLICITAÇÃO Nº 21/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENTE ([1014142](#)), que os itens constantes nos acréscimos e supressões do pretendo aditivo são **serviços relacionados as atividades de reforma do Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste** objeto do Contrato n. 01/2022 ([0783288](#)). Registrou, ainda, que para os novos serviços inseridos na planilha foram adotados os mesmo critérios de fontes de preços, bem como foram aplicados o mesmo percentual de desconto global de **1,99%** ofertado pela licitante no certame competitivo. Por fim, considerou a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessidade de um prazo de vigência maior para possibilitar o recebimento dos serviços, possíveis ajustes e consequente pagamento, motivo pelo qual retificou a solicitação da **prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 01/2022** (evento [0783288](#)) por mais 73 (setenta e três) dias corridos, a contar de 31/05/2023 e data final em **12/08/2023**, em razão da necessidade de maior prazo para conclusão dos serviços e processamento de recebimento e pagamento.

06. Mediante o Despacho n. 1097/2023 ([1014181](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou o processo à **SECONT** para lavratura do termo aditivo contratual e a esta Assessoria para emissão de parecer jurídico. Assim, a SECONT juntou a minuta ([1015116](#)) do Termo Aditivo n. 5 ao Contrato originário para o registros das alterações - na qual considerou a retificação do prazo de vigência antes noticiado - e a encaminhou a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0003158-69.2021.6.22.8000) até a presente data.

08. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III - DA ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1 Do aditivo pretendido - Possibilidade de acréscimos e supressões ao objeto contratual - Impossibilidade de compensação dos percentuais alterados.

10. A prerrogativa de alteração unilateral do contrato, ora em análise, encontra previsão expressa no art. 65 da Lei n. 8.666/93, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I - **unilateralmente** pela Administração:

(...)

b) quando **necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo** ou diminuição **quantitativa** de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica **obrigado** a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos** ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

11. Por sua vez, a regra também está pactuada no Contrato n. 01/2022 (evento [0783288](#)) que rege as relações obrigacionais das partes. Veja-se:

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – O valor total deste contrato é de **R\$ 2.201.338,18 (dois milhões, duzentos e um mil trezentos e trinta e oito reais e dezoito centavos)**, para o período de vigência desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

...

Subcláusula Quarta - Quanto a reajuste/repactuação, revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital de Licitação e anexos, obriga-se a contratada ao que segue:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

...

12. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto nos limites estabelecidos da modalidade de contratação, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93, observando que:

1. Os limites de alteração ao contrato serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original do contrato, sem que haja compensação entre eles, conforme reiteradas decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

...

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Segunda – A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

12. Como visto, os acréscimos e/ou supressões possibilitadas pela Lei n. 8.666/93 encontram expressa correspondência no regime contratual - como de fato não poderia ser diferente - motivo pelo qual não resta dúvida que a pretensão da unidade gestora está juridicamente abrigada. Verifica-se também que a COMSEG não descuidou das necessárias **justificativas** para os ajustes pretendidos no dimensionamento do objeto, de acordo com os dados que constam da **SOLICITAÇÃO n. 21/2023 - ASSENGE (1014142)**, na qual se encontram as justificativas da unidade fiscalizadora do contrato para cada item de serviço que se quer suprimir ou acrescer ao objeto originário, demonstradas no conjunto de projetos arquitetônicos, de engenharia e da planilha orçamentária dos custos sintéticos e analíticos em função das alterações, que resultam no idêntico percentual de **20,44%** (vinte inteiros e quarenta e quatro por cento) do valor atualizado do contato, tanto para as reduções, quanto para os acréscimos; ambas, portanto, no valor comum de **R\$ 450.039,03** (quatrocentos e cinquenta mil trinta e nove reais e três centavos).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Em função da demonstrada equivalência entre os acréscimos e as supressões pretendidas, tem-se, como já registrado pela COMSEG que os ajustes pretendidos não produzirão reflexos financeiros no contato originário, motivo pelo qual podem ser processados independentemente de lastro orçamentário adicional.

14. Releva registrar que os percentuais que se pretendem suprimir e acrescer ao objeto não poderão ser compensados entre si para fins de verificação dos limites legais às alterações unilaterais dos contratos administrativos, a saber: 25% para compras, serviços e obras em geral e 50% para obras na modalidade de reforma. Tal conclusão está de acordo com a pacífica jurisprudência do TCU, muito bem delineada no **Acórdão n. 1.536/2016**. Veja-se, na parte que relevante:

A jurisprudência deste Tribunal é pacífica no sentido de entender, como regra geral, para atendimento dos limites definidos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, que os acréscimos ou supressões nos montantes dos ajustes firmados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública devem ser considerados de forma isolada, sendo calculados sobre o valor original do contrato, vedada a compensação entre seus valores.

15. Tanto é assim que o próprio contrato originário registra esse entendimento no item 12.1 da CLÁUSULA DÉCIMA antes reproduzida que, em suma, estabelece que os limites de alteração ao contrato serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original do contrato, sem que haja compensação entre eles, citando reiteradas decisões do TCU, como os Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012, todos do Plenário.

16. A novidade - e que poderia gerar alguma dúvida acerca da possível compensação dos incidentes em análise - diz respeito à mudança parcial de entendimento do Pleno do TCU sobre a extensão da aplicação, como regra geral, da linha jurisprudencial pacificada naquela Corte de Contas e anunciada reiteradamente nos diversos acórdãos aqui citados. Assim, no **Acórdão n. 66/2021-Plenário**, o TCU, em sede de consulta, admitiu que supressões e acréscimos possam, em determinadas circunstâncias, serem compensadas, desde que observadas as mesmas condições e preços iniciais pactuados. Veja-se:

(....)

23. Portanto, há necessidade, inicialmente, de deixar claro o alcance e sentido da vedação à compensação entre acréscimos e supressões contratuais consubstanciada na jurisprudência do TCU. A compensação se dá entre itens diferentes. Ocorre quando a Administração suprime quantitativos de um ou mais itens e acresce quantitativos de itens *distintos* ou inclui itens novos no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*mesmo valor. Com isso, a Administração poderia fazer, além dos acréscimos 'compensados' com as supressões, outros acréscimos até o limite de 25%. Ao final, os acréscimos tomados isoladamente, na verdade, teriam ultrapassados os 25%. **Essa é a prática vedada, conforme jurisprudência deste Tribunal, justamente, para impedir o jogo de planilha e/ou a descaracterização do objeto licitado.***

*24. Por outro lado, se há a supressão em quantitativos de um ou mais itens e, depois, há o restabelecimento total ou parcial dos quantitativos suprimidos nos mesmos itens, não há que se falar sequer em compensação. Não se compensa algo consigo mesmo. É evidente que esse restabelecimento deve ocorrer nas mesmas condições iniciais, inclusive valores. Sendo assim, após o restabelecimento de quantitativo de item anteriormente suprimido, não se vê óbice, na jurisprudência deste Tribunal, a que se faça outros acréscimos, qualitativos ou quantitativos, até o limite estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993. Primeiro, porque não houve compensação, já que não se trata de itens diferentes. Segundo, porque essa situação não favoreceria o jogo de planilha e/ou a descaracterização do objeto licitado, que são as práticas cujo risco de ocorrência a jurisprudência do TCU pretende mitigar.
(....)*

*30. Por fim, vale ressaltar que não se trata de excepcionar o entendimento firmando na jurisprudência deste Tribunal. Simplesmente, a questão abstrata posta sob consulta ao TCU não se enquadra na situação prevista nos [Acórdão 1536/2016-TCU-Plenário](#), rel. Bruno Dantas; e 2.554/2017-TCU-Plenário, rel. André de Carvalho, pois não trata de **compensação entre acréscimos e supressões**.*

31. Ante o exposto, deve ser respondido ao consulente que o restabelecimento total ou parcial de quantitativo de item anteriormente suprimido por aditivo contratual, desde que observadas as mesmas condições e preços iniciais pactuados, não configura a compensação vedada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, consubstanciada nos [Acórdão 1536/2016-TCU-Plenário](#), rel. Bruno Dantas; e 2.554/2017-TCU-Plenário, rel. André de Carvalho, sendo possível, portanto, além do restabelecimento, novos acréscimos observado o limite estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993.

17. Nessa linha, como **não** se trata de acréscimos de idênticos itens antes suprimidos - até porque isso não teria sentido lógico para ser executado ao tempo e ato - tem lugar a aplicação do entendimento consolidado pelo TCU que determina a **impossibilidade de compensação** de acréscimos e supressões para itens distintos do objeto. Assim, como, também deverá ser observado o comando que determina que os valores dos itens acrescidos devem ser dimensionados pelas mesmas condições dos preços iniciais pactuados. Como já relatado, para o cumprimento dessa exigência, veio ao processo a planilha com os custos unitários dos serviços e materiais ([1014104](#)), havendo o titular da COMSEG esclarecido também que para os **novos serviços** inseridos na planilha, foram adotadas as mesmas fontes de preços e aplicado o idêntico percentual de 1,99% de desconto global ofertado pela contratada quando do certame licitatório ([1014104](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. Nesses termos, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta, esta Assessoria se manifesta pela **possibilidade jurídica dos acréscimos e supressões pretendidos**, com registro do ato em termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 01/2022 (([0783288](#)), com fundamento no art. 65, I. "b" c/c § 1º da Lei n. 8666/93 e nas Cláusulas Décima, item 12.1 e Décima Sexta Subcláusula Segunda do ajuste originário.

19. Releva destacar ainda que, embora o objeto do contrato contemple "obras" em duas de suas modalidades, "ampliação" e "reforma", estando tais submetidas a percentuais diferenciados para fins de acréscimos e supressões na forma do § 1º do art. 65 da L. 8.666/93. Contudo, o titular da COMSEG registrou expressamente ([1015073](#)) que os itens que se pretende acrescentar e suprimir são dos serviços relacionados às atividades de reforma do Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste, objeto do Contrato n. 01/2022 ([0783288](#)). Assim, havendo a unidade gestora demonstrado que os percentuais do acréscimo/supressão já realizados no contrato (**16,55%**) e o agora demandado (**20,44%**) totalizam **36,99%** do valor atualizado do contrato, tem-se que o percentual pretendido é ineficaz para produzir afronta ao patamar máximo de **50%** permitido para reformas.

3.1.2 Da Possibilidade Jurídica da Prorrogação Contratual:

20. A classificação dos contratos administrativos como de *escopo* é utilizada para distingui-los dos denominados contratos de execução continuada. De acordo com essa diferenciação, de *escopo* seriam aqueles contratos que *"impõem à parte o dever de realizar uma conduta específica e definida, de forma que, uma vez cumprida a prestação, o contrato se exaure."*

21. Já nos contratos de execução continuada, as obrigações se renovam no tempo, não havendo uma só obrigação específica e definida, a ser cumprida em determinado prazo, de forma que, após o adimplemento, viesse a ficar o devedor liberado do ajuste.

22. De outro modo, nos contratos de execução continuada, o serviço é prestado enquanto o contrato existir; diversamente, nos *contratos por escopo*, o que interessa é a conclusão do objeto, sendo o prazo elemento acessório, condicionado ao cumprimento total do objeto. São exemplos mais comuns de contrato de execução continuada os de limpeza e de vigilância; como típico contrato por escopo **está o de obra pública**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23. Segundo o entendimento doutrinário esposado pelo eminente administrativista **Marçal Justen Filho** (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª edição. São Paulo: Dialética, 2009, p. 195.), enquanto no contrato de escopo “o prazo de vigência se destina a delimitar o período de tempo para a execução da prestação pela parte”, nos de execução continuada “o prazo de vigência destina-se a estabelecer o período de tempo durante o qual a contratação produzirá efeitos.

24. Destarte, a jurisprudência vem pautando seu entendimento sobre a prorrogação dos contratos por escopo regidos pela Lei n.º 8.666/1993 **como contratos de prestação continuada**. Nos termos do **Parecer n.º 13/2013/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU**, a Advocacia-Geral da União firmou entendimento que o contrato de escopo submete-se a prazo e que não se admite sua prorrogação, **após findo o prazo**, devendo o contratante buscar participar de novo certame licitatório ou buscar indenização em caso de dano. Seguem adiante transcritas as conclusões do aludido parecer:

"Para o objeto deste parecer, cabe destacar três peculiaridades formais do contrato administrativo: (a) necessidade, em regra, de prévia licitação, (b) a obrigatoriedade de formalização de contrato e dos seus termos aditivos, (c) a impossibilidade de celebração com prazo indeterminado. Assim, o procedimento legal para uma situação em que o prazo de vigência se avizinha sem conclusão do objeto é a prorrogação do contrato com base em um dos motivos previstos no **artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/1993**."

25. Nessa esteira, em ajustes firmados com fulcro na Lei n.º 8.666/1993, caso o termo final do prazo de vigência esteja para ser atingido, bem como a Administração e o contratado pretendam estendê-lo, será necessário formalizar a prorrogação por meio de termo aditivo. No que se refere à prorrogação automática de contrato por escopo quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, desde que registrado nos autos as ocorrências supervenientes que ocasionaram a não conclusão da obra ou do serviço e manifestação da autoridade competente, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade, **cumprir trazer à baila entendimentos do TCU nesse sentido:**

"A regra é a prorrogação do contrato administrativo mediante a formalização do respectivo termo aditivo, antes do término do prazo de vigência do ajuste, ainda que amparado em um dos motivos do **art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993**, uma vez que, transcorrido o prazo de vigência, o contrato original estaria formalmente extinto e o aditamento posterior não poderia produzir efeitos retroativos;

2. É possível considerar, no caso concreto, os períodos de paralisação por iniciativa da contratante como períodos de suspensão da contagem do prazo de vigência do contrato de obras, com o intuito de evitar o prejuízo da comunidade destinatária do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objeto de inquestionável interesse público, mesmo diante da inércia do agente em formalizar tempestivamente o devido aditamento para a prorrogação do prazo de conclusão do objeto." (Acórdão n.º 127/2016 - Plenário) (sem destaques no original)

‘A extinção do contrato pelo término de seu prazo é a regra dos ajustes por tempo determinado. **Necessário é, portanto, distinguir os contratos que se extinguem pela conclusão de seu objeto e os que terminam pela expiração do prazo de sua vigência:** nos primeiros, o que se tem em vista é a obtenção de seu objeto concluído, operando o prazo como limite de tempo para a entrega da obra, do serviço ou da compra sem sanções contratuais; nos segundos, o prazo é de eficácia do negócio jurídico contratado, e assim sendo, expirado o prazo, extingue-se o contrato, qualquer que seja a fase de execução de seu objeto, como ocorre na concessão de serviço público, ou na simples locação de coisa por tempo determinado. Há, portanto, prazo de execução e prazo extintivo do contrato.’” (Acórdão n.º 2.068/2004 - Plenário) (sem destaques no original)

26. Sendo assim, na contratação por escopo, caso não tenha sido viabilizada a prorrogação de seu prazo de vigência por aditamento, poderá ser reconhecida a prorrogação automática quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, desde que registradas nos autos as ocorrências supervenientes que ocasionaram a não conclusão do objeto, sem prejuízo de eventual apuração de responsabilidade. **Ainda assim, tal situação não pode servir de justificativa para prorrogações indefinidas do contrato, ferindo o interesse público.**

27. De qualquer forma, é de todo recomendável, por questões de segurança jurídica, que a prorrogação de vigência de contratos por escopo seja formalizada **por meio de termo aditivo previamente à expiração do prazo previsto na avença**, notadamente em virtude da necessidade de estabelecimento de novos prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto, se for o caso.

28. Caso o descumprimento do prazo de execução tenha ocorrido com culpa do contratado, o Administrador terá duas opções, visando a melhor forma de atingir o interesse público: **a)** aplicação das sanções decorrentes da mora e, concomitantemente, a cobrança do cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo da possibilidade de redefinição de um novo prazo de execução; ou **b)** rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em contrato sobre o particular.

29. Desta maneira, tanto na hipótese de descumprimento do prazo de execução por culpa do contratado, quanto na de descumprimento do prazo de execução sem sua culpa, deve a Administração encarar a possibilidade de prorrogação como evento absolutamente excepcional. Assim, essa opção de prorrogar deve ser aplicada com cautela, devida e exaustivamente motivada, visto que o normal e o esperado é que os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratos por escopo sejam cumpridos **dentro do prazo inicialmente previsto.**

30. Logo, competirá à Administração Pública avaliar a conveniência e a oportunidade de se **“prorrogar”** a avença, porque medida decorrente do poder discricionário. A ordem jurídica, quando permite a prorrogação, não estabelece sua obrigatoriedade, cabendo ao gestor público analisar, conforme dito, a conveniência e a oportunidade de utilização do permissivo legal, sempre com vistas a alcançar, ao máximo, o interesse público primário.

3.1.3 Dos Requisitos para a prorrogação de vigência de contrato no entendimento do TCU:

31. Ainda sobre a possibilidade de prorrogação da vigência de contratos, traz-se à colação o entendimento do TCU, em que se assevera: "Logo, é necessário que toda e qualquer prorrogação de prazo contratual observe, no mínimo, os seguintes pressupostos:

I existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato

II objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;

III interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;

IV vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo administrativo;

V manutenção das condições de habilitação pelo contratado;

VI preço contratado compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado.

32. Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato. Ressalte-se que há manifestação expressa da Contratada pela renovação do pacto ([1013866](#)). **Em relação à manutenção das condições de habilitação pelo contratado, deverão essas serem trazidas ao processo pelo gestor do contrato previamente à celebração do termo aditivo.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1.4 Da prorrogação pretendida - Prazos de execução e vigência:

33. Como já relatado, a COMSEG requer a **prorrogação do prazo de execução da Ordem de Serviço nº 1/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMSEG/SEOP (0827066)** - cujo objeto é a ampliação e a reforma do Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste por mais 117 (cento dezessete) dias corridos, a contar de 15/02/2023 e data final em 12/06/2023 e a **prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 (evento 0783288)** por mais 73 (setenta e três) dias corridos, a contar de 31/05/2023 e data final em 12/08/2023, em razão da necessidade de maior prazo para conclusão dos serviços e processamento de recebimento e pagamento.

34. Além de pactuada expressamente na **Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 001/2022**, a pretensão encontra abrigo no **inciso I, § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93**, veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **aditem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem destaque no original)

(...)

35. Com relação ao **prazo de execução**, o § 1º do dispositivo acima traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

36. No caso em análise, de acordo com a unidade fiscalização registra que a prorrogação da execução dos serviços buscar a conclusão da obra para evitar que ocorra a paralização dos serviços, evitar que a obra inacabada seja vandalizada. Além disso, registra que a Contratada vem demonstrando melhor desempenho na execução e interesse em concluir os trabalhos até o início de junho. Portanto, a justificava da administração, no entendimento desta unidade, efetivamente possibilita o enquadramento da situação nas hipóteses do **inciso I, § 1º do dispositivo supracitado.**

37. Quanto à prorrogação do **prazo de vigência** do pacto, verifica-se que essa decorre, além da prorrogação do prazo de execução, também da necessidade de maior prazo para conclusão dos serviços e processamento de recebimento e pagamento, situação que a possibilita com fundamento no **caput art. 57 da Lei n. 8.666/93**, demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução pleiteada.

3.1.5 Da Análise da Minuta do Termo Aditivo:

38. Como relatado, juntou-se aos autos a minuta do 5º Termo Aditivo ao Contrato n. 01/2020 ([1014381](#)) para o registro da prorrogação pretendida pela unidade gestora - na qual inclusive já inseriu a retificação do prazo de vigência, de acordo com a informação da unidade gestora ([1015073](#)). Após análise de seus aspectos formais, verifica-se que o referido instrumento contempla a contento as informações necessárias e suficientes ao propósito do ato sob exame neste parecer, motivo pelo qual conclui-se que está em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara.**

39. Destaca-se, na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, o registro de **acréscimo e supressão contratual no percentual de 20,44%, prorrogação de prazo de vigência do Contrato e prorrogação de prazo de execução da Ordem de Serviço.** Na **CLAUSULA SEGUNDA** a SECONT previu que a contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do instrumento, **renovação da garantia contratual apresentada inicialmente**, observadas todas as condições, prazos, vigências, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

40. Destarte, a referida minuta está apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, desde que atendidos os requisitos obrigatórios para a referida prorrogação.

IV – CONCLUSÃO

41. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica:

I - Pela possibilidade jurídica dos **acréscimos e supressões** pretendidos pela ASSENTEGE ([1014142](#)), com registro do ato em termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 01/2022 (([0783288](#)), com fundamento no art. 65, I, "b" c/c § 1º da Lei n. 8666/93 e nas Cláusulas Décima, item 12.1 e Décima Sexta Subcláusula Segunda do ajuste originário;

A celebração de aditivo **não terá reflexos financeiros no valor do contrato** originário, apenas a substituição dos **serviços de reforma** demonstrados na referida planilha, sem quaisquer acréscimos de valores. Assim - como já dito neste parecer - em função da demonstrada equivalência entre os acréscimos e as supressões pretendidos, poderá ser processado independentemente de lastro orçamentário adicional.

II - Pela possibilidade de **prorrogação do prazo de execução** da Ordem de Serviço n. 01/2022 ([0792326](#)) por mais 117 (cento dezessete) dias corridos, a contar de 15/02/2023, com termo final em 12/06/2023 e do **prazo de vigência** do Contrato n. 01/2022 (evento [0783288](#)) 73 (setenta e três) dias corridos, a contar de 31/05/2023, com termo final em 12/08/2023, com fundamento na Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do contrato originário e inciso I do § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

III. Pela observância, da recomendação constante do **item 32** deste parecer quanto **à verificação, pelo gestor do contrato, da manutenção das condições de habilitação pela contratada;**

42. Por fim, para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da MINUTA DO TERMO ADITIVO N. 5 ao Contrato Administrativo n. 01/2022, juntada ao processo no evento [1015116](#), estando o instrumento apto a produzir os efeitos pretendidos pela Administração com os atos ali registrados. Enfatize-se a necessária atualização da **garantia contratual**, já sistematizada na CLÁUSULA SEGUNDA da referida minuta, com previsão na CLÁUSULA SEXTA do Contrato n. 01/2022.

À consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 29/05/2023, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1015209** e o código CRC **A9678633**.

0003158-69.2021.6.22.8000

1015209v5

PROCESSO: 0003158-69.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE OBRAS, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS - COMSEG

ASSUNTO: Acréscimos e supressões ao objeto e prorrogação contratual - Contrato n. 01/2022 – Contratação de empresa especializada em execução de obras de engenharia e reforma dos fóruns eleitorais dos municípios de Espigão do Oeste/RO e Ouro Preto do Oeste/RO - Minuta de Termo Aditivo - Análise.

DESPACHO Nº 598 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA., CNPJ n. 15.706.238/0001-04, para execução de obras de engenharia, ampliação e reforma dos fóruns eleitorais dos municípios de Espigão do Oeste e de Ouro Preto do Oeste, materializada no Contrato Administrativo n. 01/2022 ([0783288](#)), atualmente em execução, com termo final do prazo para execução dos serviços fixado em 15/02/2023 e vigência em 30/05/2023, de acordo com Termo Aditivo n. 4/203 ([0997692](#)).

Por meio da Solicitação n. 21 ([1014142](#)), complementada pela Informação n. 61 ([1015073](#)), a COMSEG informa que a Contratada solicitou reconsideração do prazo de execução da obra, com apresentação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de novo cronograma, a fim de ajustar pontos técnicos. Em análise, a ASSENTE manifestou-se de acordo, conforme a Informação n. 54, no bojo do PSEI n. [0000490-91.2022.6.22.8000](#).

Dessa forma, aquela Coordenadoria informou a necessidade de realização de acréscimos e supressões de serviços, registrando de tratar de serviços relacionados às atividades de reforma do Fórum Eleitoral de Espigão do Oeste objeto do Contrato n. 01/2022, informando que para os novos serviços inseridos na planilha foram adotados os mesmos critérios de fontes de preços, bem como foram aplicados o mesmo percentual de desconto global de 1,99% ofertado pela licitante no certame competitivo.

Além disso, registrou a necessidade de formalizar aditivo contratual para prorrogar o prazo da execução da Ordem de Serviço n. 01 ([0792326](#)) por mais 117 (cento e dezessete) dias corridos, a contar de 15/02/2023, com termo final em 12/06/2023, e do prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais 73 (setenta e três) dias corridos, a contar de 31/05/2023, com termo final em 12/08/2023.

Consta, ainda, nos autos que as alterações pretendidas não causarão reflexos financeiros no contrato, motivo pelo qual não haverá necessidade de reforço orçamentário.

Na sequência, a SAOFC encaminhou o feito, concomitantemente, à SECONT, para elaboração de minuta de aditivo contratual, e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([1014181](#)).

A SECONT elaborou a minuta de termo aditivo n. 5 ([1015116](#)) ao Contrato Administrativo n. 01/2022, remetendo à Assessoria Jurídica da SAOFC ([1015117](#)), a qual, após análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Ademais, a AJSAOFC opinou pela possibilidade jurídica dos acréscimos e das supressões pretendidos; bem assim pela possibilidade de prorrogação do prazo de execução da Ordem de Serviço n. 01/2022 ([0792326](#)) por mais 117 (cento e dezessete) dias corridos, a contar de 15/02/2023, com termo final em 12/06/2023, e do prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais 73 (setenta e três) dias corridos, a contar de 31/05/2023, com termo final em 12/08/2023, com fundamento na Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do contrato originário e inciso I do § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93. Além disso, enfatizou a necessidade de atualização da garantia contratual, nos termos do Parecer Jurídico n. 115 ([1015209](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se nos exatos termos da AJSAOFC ([1015242](#))

Analisando os autos, verifica-se que os acréscimos e as supressões possibilitadas pela Lei n. 8.666/93 encontram expressa correspondência no regime contratual em apreço, motivo pelo qual não resta dúvida de que a pretensão da unidade gestora está juridicamente abrigada.

Além disso, a COMSEG não descuidou das necessárias justificativas para os ajustes pretendidos no dimensionamento do objeto, adotando para tanto os dados, os documentos e as informações que embasam a Solicitação n. 21 ([1014142](#)), complementada pela Informação n. 61 ([1015073](#)), na qual se encontram as justificativas da unidade fiscalizadora do contrato para cada item de serviço que se quer suprimir ou acrescentar ao objeto originário, demonstradas no conjunto de projetos arquitetônicos, de engenharia e da planilha orçamentária dos custos sintéticos e analíticos em função das alterações, que resultam no idêntico percentual de 20,44% (vinte inteiros e quarenta e quatro por cento) do valor atualizado do contrato, tanto para as reduções, quanto para os acréscimos; ambas, portanto, no valor comum de R\$ 450.039,03 (quatrocentos e cinquenta mil trinta e nove reais e três centavos).

Sendo assim, em função da equivalência entre os acréscimos e as supressões pretendidas, tem-se que os ajustes não produzirão reflexos financeiros no contrato originário, motivo pelo qual podem ser processados independentemente de lastro orçamentário adicional.

No tocante à prorrogação dos prazos de execução e vigência, além de pactuada expressamente na Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 01/2022, a pretensão encontra abrigo no inciso I, § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

Quanto à minuta do aditivo contratual, o instrumento contempla as informações necessárias e suficientes, inclusive quanto ao aspecto de que as alterações não produzirão repercussão nos percentuais de acréscimos e supressões possibilitados pelo art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU n. 749/2010 – Plenário, tendo sido devidamente aprovada pela Assessoria Jurídica da SAOFC.

Ante o exposto, com amparo nas atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso II, da Portaria GP n. 66/2018, bem como nos documentos e nas informações constantes nos autos:

I - autorizo os acréscimos e as supressões ao Contrato n. 01/2022 ([0783288](#)), no valor de R\$ 450.039,03 (quatrocentos e cinquenta mil trinta e nove reais e três centavos), sem reflexos financeiros a serem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pagos, com fundamento no art. 65, inciso I, alínea "b", c/c § 1º da Lei n. 8.666/93 e nas Cláusulas Décima, item 12.1, e Décima Sexta Subcláusula Segunda do ajuste originário;

II - autorizo a prorrogação do prazo de execução da ordem de serviço da Ordem de Serviço n. 1/2022 ([0792326](#)), por mais por mais 117 (cento e dezessete) dias corridos, a contar de 15/02/2023, com termo final em 12/06/2023, e do prazo de vigência do Contrato n. 01/2022 por mais 73 (setenta e três) dias corridos, a contar de 31/05/2023, com termo final em 12/08/2023, com fundamento na Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do contrato originário e inciso I do § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93;

III - determino a intimação da contratada para apresentação de nova garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias, observadas todas as condições, prazos, vigências, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93.

À SAOFC para continuidade dos procedimentos de execução do contrato, condicionada à prévia verificação da manutenção das condições de habilitação pela Contratada.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 30/05/2023, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1015350** e o código CRC **EFA1FB1C**.